ração da actividade de qualquer sociedade do grupo.

6.3 — Instituição de uma auditoria financeira, a levar a cabo por entidade independente, estranha ao grupo, a contratar pelo conselho fiscal, mediante parecer favorável do Ministério da Tutela, a qual ficará a assessorar o mesmo, perante quem responderá e a quem apresentará os resultados da sua actividade.

6.4 — As sociedades identificadas em 1 deverão dispor de especialistas das seguintes áreas da actividade da empresa:

- a) Financeira e administrativa;
- b) Turístico-hoteleira;
- c) Imobiliária e patrimonial;
- d) Construção civil,

sendo a sua afectação às sociedades estabelecida por acordo dos vários órgãos de gestão das mesmas.

7 — Estabelecer que, para efeito do disposto nesta resolução, seja convocada uma assembleia geral extraordinária com a finalidade de aprovar as alterações estatutárias referidas no número anterior, eleger novos corpos sociais, se for caso disso, e autorizar as sociedades a proceder a todas as operações de fusão, cisão, transformação e aumento ou redução de capital, as quais deverão estar efectivadas aquando da celebração do contrato de viabilização.

8 — Estabelecer que, até à celebração do contrato de viabilização ou até final do ano corrente, se entretanto tal contrato não for celebrado, não seja exigido das sociedades referidas em 1 o pagamento das dívidas e respectivos acréscimos legais que se encontrem vencidos à data da desintervenção do Estado, autarquias locais, previdência social e banca nacionalizada, salvo se aquelas sociedades puderem dispor, sem prejuízo do seu regular funcionamento, de fundos suficientes para efectuar a sua liquidação. Em qualquer caso, o não pagamento será sempre justificado por escrito junto da entidade credora, com apresentação do calendário de liquidação que a empresa possa cumprir, sendo as dívidas vencidas perante a banca nacionalizada sempre tituladas.

9 — Determinar que os corpos sociais do grupo deverão, até 31 de Agosto de 1978, negociar com os investidores um esquema de regularização da situação destes perante as mesmas sociedades, cujos termos e consequências deverão reflectir-se integralmente no contrato de viabilização.

10 — Estabelecer que o sistema bancário conceda o apoio financeiro transitório cuja necessidade seja justificada às empresas identificadas no ponto 1, até à decisão sobre a sua viabilização, nas seguintes condições:

- a) Prestação, pelo Estado, imediatamente após a desintervenção, da verba de 40 000 contos, equivalente ao valor locativo de quarenta meses (Janeiro de 1975 a Abril de 1978) do prédio sito na Rua de Castilho, 50, o qual desde essa data vem sendo usado pelos serviços públicos;
- b) Não concessão, até à celebração do contrato de viabilização, de apoio financeiro à exploração hoteleira e ao pagamento de salários das sociedades referidas em 1;
- c) Concessão de financiamento para apoio dos empreendimentos deste grupo, incluídos no

«Plano de relançamento dos investimentos turísticos em curso com a coordenação da Enatur», com uma prestação inicial de 50 000 contos e entregas posteriores escalonadas e com justificação a partir de orçamentos mensais de tesouraria, para investimentos até ao montante de 135 000 contos, acrescido dos respectivos encargos financeiros.

11 — As operações de financiamento que se integram no apoio financeiro transitório referido no número anterior serão garantidas por hipotecas sobre os bens das empresas, sobre as obras que venham a ser realizadas ou por quaisquer outras garantias reais ou pessoais aceites pelas entidades financiadoras.

12 — Manter, nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 422/76, o regime dos artigos 12.º, 13.º e 14.º do mesmo diploma relativamente a todas as sociedades indicadas em 1, até à efectiva outorga dos contratos de viabilização referidos em 4.

13 — Proibir o despedimento de quaisquer trabalhadores das referidas sociedades com fundamento em factos ocorridos até à cessação da intervenção do Estado, devendo ser assegurados os postos de trabalho, sem prejuízo das medidas previstas na legislação em vigor.

14 — Determinar que, enquanto se mantiver a existência de avales ou quaisquer garantias por parte do Estado a favor das empresas referidas em 1, a venda ou alienação, a qualquer título, dos bens imóveis propriedade das mesmas, bem como a sua oneração a título diverso do referido em 11, depende da autorização do Ministério da Tutela, que avaliará a inserção desses actos na gestão corrente da empresa, pedindo, sempre que considere necessário, o parecer do órgão fiscalizador.

15 — Para efeitos da aplicação das medidas referidas na alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 422/76, de 29 de Maio, a instituição de crédito maior credora, expressa e justificadamente deverá declarar perante os Ministérios das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo a impossibilidade de celebração dos contratos de viabilização, que deverão considerar tanto os aspectos de saneamento e económico-financeiro das empresas como o desenvolvimento integrado das suas actividades futuras.

Presidência do Conselho de Ministros, 3 de Maio de 1978. — O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 96/78

de 18 de Maio

O Decreto-Lei n.º 364/77, de 2 de Setembro, que reestruturou a Polícia Judiciária, revela algumas dificuldades de execução em matéria particularmente melindrosa. Assinalando-se no artigo 1.º que a fiscalização da Polícia Judiciária cabe ao Ministério Público, os preceitos que traduzem esse poder-dever carecem de explicitação. Por isso se confere nova redacção aos artigos 135.º e 136.º

Tendo em vista o prosseguimento das investigações, interessa sobremaneira que a Polícia Judiciária con-

serve, em fácil disponibilidade, os processos em que interveio como organismo investigador e que findaram sem dedução de acusação ou requerimento de julgamento. Dispõe-se, assim, no artigo 4.º, que tais processos ali fiquem em arquivo.

A disposição transitória do n.º 3 do artigo 145.º não se mostra adequada à resolução de prementes necessidades da Polícia, pelo que se aproveita o ensejo para a tornar apta ao objectivo que a inspirou.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 4.º, 5.º, 26.º, 135.º, 136.º e 145.º do Decreto-Lei n.º 364/77, de 2 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 4.º

(Competência em matéria de investigação criminal)

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — Os processos que findam sem que a acusação seja deduzida ou o julgamento requerido ficam arquivados na Polícia Judiciária, se tiver sido esta o organismo investigador.
- 4 — A Polícia Judiciária pode ser dispensada pelo procurador-geral da República da comunicação a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 605/75, de 3 de Novembro.

Artigo 5.º

(Competência exclusiva)

1 — A Polícia Judiciária é o único organismo policial competente para realizar a investigação dos seguintes crimes:

- a) Puníveis com as penas dos n.ºs 1.º a 4.º do artigo 55.º do Código Penal, quando cometidos por incertos;
- b) De furto de bens culturais e tráfico ilícito de capitais;
- c) De falsificação de moeda, notas de banco e títulos da dívida pública;
- d) Contra a segurança interior e exterior do Estado;
- e) Executados com bombas, granadas, explosivos, armas de fogo proibidas e cartas ou encomendas-armadilhas;
- f) Contra a integridade física ou a liberdade das pessoas com direito à protecção internacional, compreendendo os agentes diplomáticos;
- g) De rapto e cárcere privado para tomadas e retenção de reféns;
- h) De associação de malfeitores ou cometidos por associações de malfeitores;
- i) Abrangidos pela Convenção sobre Infracções e Outros Actos Cometidos a Bordo de Aeronaves;
- j) Abrangidos pela Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves;
- l) Abrangidos pela Convenção para a Repressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil.

2 — Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, o procurador-geral da Repú-

blica pode deferir à Polícia Judiciária a competência para investigação de crimes não abrangidos no número anterior, desde que a gravidade e as circunstâncias da sua prática o justifiquem, ouvido o director-geral da Polícia Judiciária.

3 — Exceptua-se do disposto no n.º 1 a investigação dos crimes para que sejam competentes os tribunais militares.

4 — Todas as autoridades e organismos policiais devem participar à Polícia Judiciária os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e execução dos crimes referidos no n.º 1 e tomar, até à sua intervenção, as providências urgentes indispensáveis.

Artigo 26.º

1 — A Direcção Central de Prevenção e Investigação compete:

- a) .....
- b) .....
- c) Efectuar a investigação dos crimes referidos nas alíneas b) a g) e i) a l) do n.º 1 do artigo 5.º e dos indicados na segunda parte do n.º 1 do artigo 6.º;
- d) .....

2 — .....

Artigo 135.º

(Inspeções)

1 — O procurador-geral da República pode solicitar à Polícia Judiciária informações sobre a actividade processual e ordenar inspeções aos seus serviços, para fiscalização da forma de aplicação das leis, em especial no que respeita à salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e à defesa da sociedade contra o crime.

2 — Em resultado das informações obtidas ou das inspeções, pode o procurador-geral da República emitir directrizes ou instruções genéricas sobre a actuação da Polícia Judiciária em matéria de prevenção e investigação criminal.

3 — Os elementos colhidos nas inspeções relativos ao mérito ou demérito do pessoal são tidos em conta na classificação de serviço que lhe venha a ser atribuída pela Polícia Judiciária.

Artigo 136.º

(Inquéritos, sindicâncias e processos disciplinares)

1 — O procurador-geral da República pode ordenar a realização de inquéritos e sindicâncias à Polícia Judiciária, por sua iniciativa ou a solicitação do director-geral.

2 — Quando aos inquéritos e sindicâncias referidos no número anterior devam seguir-se processos disciplinares, a sua instrução cabe aos serviços de inspecção do Ministério Público.

3 — Após vista para exame do procurador-geral da República, os inquéritos ou sindicâncias de sua iniciativa e os processos disciplinares deles emergentes são submetidos a decisão do Ministro da Justiça.

4 — Se circunstâncias ponderosas o aconselharem, o director-geral pode propor ao procurador-geral da República que a instrução de certos processos disciplinares seja igualmente confiada aos serviços de inspecção do Ministério Público.

Artigo 145.º

(Habilitações literárias)

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — O disposto no n.º 1 é extensivo, com as necessárias adaptações, aos agentes estagiários cujo despacho de nomeação se verificou entre a vigência do Decreto-Lei n.º 415/73, de 31 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 481/75, de 4 de Setembro.

Art. 2.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Mário Soares* — *José Dias dos Santos Pais*.

Promulgado em 4 de Maio de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto Regulamentar n.º 15/78

de 18 de Maio

O Decreto-Lei n.º 412-A/77, de 29 de Setembro, que disciplina o regime dos contratos de desenvolvimento para a habitação, passa a ser regulado pelo presente decreto no que se refere à comercialização directa prevista para a primeira transmissão dos fogos, o que irá permitir a simplificação e clareza da tramitação do processo de comercialização.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O processo de atribuição em primeira transmissão dos fogos construídos no âmbito de contratos de desenvolvimento para a habitação far-se-á por comercialização directa, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412-A/77, de 29 de Setembro, obedecendo aos preceitos estabelecidos neste decreto regulamentar.

Art. 2.º — 1 — As entidades a quem incumbir a comercialização das habitações são designadas agentes de comercialização.

2 — A comercialização das habitações será efectuada pelos agentes de comercialização, conforme o estabelecido no contrato-programa ou no contrato de desenvolvimento para a habitação, atento o disposto no Decreto-Lei n.º 412-A/77, de 29 de Setembro.

3 — No contrato-programa, no contrato de desenvolvimento para a habitação ou no protocolo de comercialização ficará estabelecida uma das seguintes alternativas para processar a primeira transmissão das habitações objecto do contrato:

- a) Comercialização da totalidade dos fogos, promovida, simultaneamente, pelos serviços municipais de habitação e pela empresa;

- b) Comercialização parcial, com indicação do número das habitações que serão comercializadas por cada uma das partes;
- c) Comercialização das habitações, em exclusivo, por uma das partes.

Art. 3.º Nos dois dias seguintes à celebração do contrato-programa ou do contrato de desenvolvimento para a habitação, o Fundo de Fomento da Habitação efectuará a comunicação referida no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 412-A/77, de 29 de Setembro.

Art. 4.º — 1 — Decorridos oito dias sobre a assinatura do contrato-programa ou do contrato de desenvolvimento para a habitação, os agentes de comercialização procederão à abertura das inscrições para os interessados na compra das habitações.

2 — A data de abertura das inscrições será divulgada por meio de anúncio inserto nos jornais de maior circulação e divulgado por outros meios convenientes, nomeadamente por afixação de editais, painéis ou anúncios.

3 — Em locais acessíveis ao público serão afixados painéis, anúncios ou editais, onde constará:

- a) A localização, regime legal, condições de venda, condições de crédito, tipologia e características principais das habitações a vender e sua identificação numérica;
- b) Os requisitos exigidos aos candidatos, nos termos do regime do crédito bonificado para aquisição de casa própria;
- c) A identificação dos agentes de comercialização;
- d) O local e as horas onde podem ser prestados os esclarecimentos necessários e apresentados os boletins de inscrição.

Art. 5.º — 1 — A inscrição efectuar-se-á em impresso próprio, do qual será entregue cópia ao interessado, e será carimbada pelo agente de comercialização, com menção da data e hora de entrada.

2 — No acto de inscrição, e como condição da mesma, o interessado pagará uma quantia de 10 000\$.

3 — Quando a comercialização for efectuada, total ou parcialmente, em regime de concorrência, e, por esse facto, a mesma habitação tenha sido, no mesmo dia e hora, objecto de inscrição em agentes de comercialização diferentes, prevalecerá aquela que for designada por sorteio, a efectuar de imediato pelo serviço municipal de habitação.

4 — A pessoa preterida pelo sorteio terá direito ao reembolso do montante da caução já entregue.

5 — A inscrição é tida, para todos os efeitos legais, como promessa unilateral de compra, tendo o pagamento referido no n.º 2 do presente artigo natureza de sinal e princípio de pagamento.

Art. 6.º — 1 — Se no contrato-programa ou no contrato de desenvolvimento para a habitação for estabelecido que a comercialização se fará nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º do presente diploma, o agente de comercialização que receber a inscrição dará dela conhecimento, no prazo de vinte e quatro horas, ao outro agente de comercialização.

2 — No prazo de vinte dias, a contar da data de inscrição, o candidato entregará os documentos necessários à prova de verificação dos requisitos refe-